

UMA ANÁLISE DO CURRÍCULO DE CURITIBA PARA A ALFABETIZAÇÃO EM DIÁLOGO COM A BNCC

LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

Ana Flavia da Silva Costa¹
Vanessa Lopes Ribeiro²

Resumo

Este artigo procura relacionar as experiências desenvolvidas ao longo do curso de Licenciatura em Pedagogia, mais especificamente o componente curricular de “Alfabetização e Letramento”, com elementos que foram observados nos estágios de educação infantil e anos iniciais, mais especificamente, sobre como o currículo do município de Curitiba, vol.4, Linguagens, dialoga com o documento oficial, a Base Nacional Comum Curricular, no que tange o processo de alfabetização. Dividimos a pesquisa em três etapas que representam o norte deste trabalho: investigar sobre que conceito de alfabetização cada documento leva em consideração e em qual deles o contexto de letramento está contemplado; levantar quais aspectos da BNCC sobre a alfabetização estão contemplados no documento da SME; verificar em que medida o documento da SME amplia e/ou aprofunda questões de alfabetização propostas e/ou relegadas pela BNCC. Nessa busca, concluímos que o documento da SME de Curitiba endossa em seu currículo uma alfabetização em contexto de letramento, diferentemente da BNCC, que aposta num ensino com perspectiva voltada para o sistema alfabético e ortográfico da língua portuguesa, ficando subentendido a indicação do uso do método.

Palavras-chave: Alfabetização. Letramento. BNCC. Currículo da RME de Curitiba.

Introdução

Com a experiência proporcionada pelo estágio nas séries iniciais me vi envolvida com o tema da alfabetização, mais especificamente sobre como os documentos oficiais vêm conduzindo as discussões nessa área. Ao acompanhar o planejamento das professoras nas escolas, notei um certo incômodo diante das

¹ Ana Flávia da Silva Costa. Estudante do curso de Licenciatura em Pedagogia do IFPR – Campus Curitiba. E-mail: anafped2019@gmail.com

² Doutora em Tecnologia, Educação e Sociedade, UTFPR. Professora do Instituto Federal de Educação. E-mail: vanessa.ribeiro@ifpr.edu.br

modificações sobre a condução do trabalho com a alfabetização, sobretudo com o modo como ele é proposto no documento elaborado em âmbito municipal intitulado “Currículo Municipal de Curitiba, diálogos com a BNCC”.

Tendo em vista essa questão, foi possível o delineamento do objeto desta pesquisa, um estudo bibliográfico entre esses documentos, o da Secretaria Municipal de Educação de Curitiba (SME) e a Base Nacional Comum Curricular, BNCC, de âmbito federal, para cruzar alguns dados e verificar algumas hipóteses que constituem a problematização desta investigação. A primeira delas é sobre que conceito de alfabetização cada documento leva em consideração e em qual deles o contexto de letramento está contemplado. A segunda, quais aspectos da BNCC sobre a alfabetização estão contemplados no documento da SME. A terceira, em que medida o documento da SME amplia e/ou aprofunda questões de alfabetização propostas e/ou relegadas pela BNCC.

Para tanto, será feita uma análise do texto da BNCC sobre alfabetização e letramento, ressaltando o possível aporte teórico ou viés ideológico que sustenta o documento. Esse mesmo procedimento será adotado para analisar o documento da SME, complementando com a produção de uma tabela comparativa sobre conceitos e indicações de conteúdos propostos por esses documentos. Para finalizar, apresentaremos um diálogo com trabalhos acadêmicos recentes sobre o campo da alfabetização no contexto da BNCC.

BNCC: alfabetização e/ou letramento?

Entender a alfabetização apenas como um processo de apropriação da mecânica da língua escrita, codificar e decodificar, ou seja, estabelecer tão somente relações biunívocas entre grafema e fonema já não faz mais sentido diante dos inúmeros estudos acadêmicos publicados recentemente na área. Num passado nem tão distante assim, alfabetizar uma criança significava seguir uma cartilha em que “Davi viu a uva”, mas que Maria, moradora da região Nordeste, nunca tinha visto e nem conhecia o sabor. O método utilizado era o sintético, que poderia ser o silábico ou fônico, que partia das unidades menores para as maiores. No caso do silábico, a criança precisava adquirir, melhor, decorar um banco de palavras para ser liberada

para praticar leitura e escrita de palavras, depois de frases, quase sempre um ditado para corrigir os erros de ortografia com modelos pré-definidos.

Mais tarde, essa perspectiva pedagógica foi gradativamente substituída pelos métodos analíticos ou globais, que partiam de textos, das unidades maiores para as menores, as letras. E com a contribuição dos estudos da psicogênese e da linguística, mais especificamente da análise do discurso, essa dicotomia entre os métodos sintéticos e analíticos foi sendo atenuada. Soares (2003) apresenta uma discussão bastante profícua sobre essa temática, quando analisa historicamente as discussões acerca da alfabetização e a questão do método que, durante décadas, principalmente entre os anos 50 e 60, foi objeto central das pesquisas acadêmicas na busca pelo método que fosse o mais exitoso.

Entretanto, nas duas décadas seguintes, esse interesse se desvanece na academia, mas ganha força na escola, nas salas de aula em que se alfabetiza, pela busca do método, se fônico, se global, se silábico. Note-se que é bem distinto falar em um método e em o método, pois um método, segundo Soares (2003, p. 124), “é a soma de ações baseadas em um conjunto coerente de princípios ou de hipóteses psicológicas, linguísticas, pedagógicas, que respondem a objetivos determinados”; enquanto o método não passa de uma aplicação rotineira de procedimentos e técnicas.

Se o associacionismo é predominante nas décadas de 50 e 60, depois nos anos 70 e 80 um pouco menos, mas ainda vigente; no fim dos anos 80, a psicogenética passa ser a influência na reflexão sobre a alfabetização no Brasil. A partir dessa perspectiva, o método deixa de ser um fator determinante:

É que a concepção psicogenética alterou profundamente a concepção do processo de aquisição da língua escrita, em aspectos fundamentais: a criança de aprendiz dependente de estímulos externos para produzir respostas que, reforçadas, conduziram à aquisição da língua escrita - concepção básica dos métodos tradicionais de alfabetização -, passa a sujeito ativo capaz de construir o conhecimento da língua escrita, interagindo com esse objeto de conhecimento; (SOARES, 2003, p. 119)

Para a autora, a aprendizagem se dá por uma progressiva construção de estruturas cognitivas, na relação da criança com o objeto “língua escrita”. Porém, a escola com sua ortodoxia nos impõe uma doutrina com metas que nos faz naturalizar os métodos de alfabetização ao invés de questioná-los.

E ainda em virtude do caráter teleológico que a sociedade lhe atribui, a escola se vê obrigada a essa seleção dos conteúdos culturais que transmite, à sua homogeneização, sistematização e codificação, à marcação e seccionamento do tempo e de sua distribuição, à avaliação periódica do nível de sua apropriação, não em função dos interesses do sujeito aprendiz, de suas características, de seu ritmo, das peculiaridades de seu processo particular de sucessivas reconstruções do conhecimento, mas em função de determinados resultados que devem ser obtidos em grau considerado aceitável, no fim de um período de tempo prefixado. (SOARES, 2003, p. 122)

A autora faz referência ao currículo em sua relação paradoxal com o modo de se conciliar essa nova perspectiva de trabalho com a língua e as condições institucionais e burocráticas. São diversos os fatores que implicam por uma busca na qualidade da alfabetização, e o problema da aprendizagem não tem a ver apenas com o método cujo sentido já se encontra estereotipado. Nesse caso, é necessário pensar em um método que

seja o resultado da determinação clara de objetivos definidores dos conceitos, habilidades, atitudes que caracterizam a pessoa alfabetizada, numa perspectiva psicológica, linguística e também (e talvez sobretudo) social e política; que seja, ainda o resultado da opção pelos paradigmas conceituais (psicológico, linguístico, pedagógico) que trouxeram uma nova concepção dos processos de aprendizagem da língua escrita pela criança, compreendendo esta como sujeito ativo que constrói o conhecimento, e não ser passivo que responde a estímulos externos; que seja, enfim, o resultado da definição de ações, procedimentos, técnicas compatíveis com esses objetivos e com essa opção teórica. (SOARES, 2003, p. 127)

A alfabetização e o letramento são dois processos distintos específicos com bases linguísticas e cognitivas específicas, no entanto, indissociáveis e interdependentes. Para Soares, alfabetização “é um processo de representação de fonemas em grafemas, e vice-versa, mas também é um processo de compreensão/ expressão de significados por meio do código escrito” (2018, p. 64); enquanto o letramento está mais atrelado ao “desenvolvimento de comportamentos e habilidades de uso competente da leitura e da escrita em práticas sociais” (2018, p. 64). Entretanto, a autora enfatiza que os termos alfabetização e letramento são indissociáveis, ou seja, a criança deve ser alfabetizada em contexto de letramento, e que separar seus conceitos seria mais uma questão didática, para se garantir a confluência desses processos em contexto único.

Tendo em vista a discussão discutida até aqui, buscamos compreender como esses conceitos se apresentam na BNCC:

Assim, alfabetizar é trabalhar com a apropriação pelo aluno da ortografia do português do Brasil escrito, compreendendo como se dá este processo (longo) de construção de um conjunto de conhecimentos sobre o funcionamento fonológico da língua pelo estudante. Para isso, é preciso conhecer as relações fono-ortográficas, isto é, as relações entre sons (fonemas) do português oral do Brasil em suas variedades e as letras (grafemas) do português brasileiro escrito. Dito de outro modo, conhecer a “mecânica” ou o funcionamento da escrita alfabética para ler e escrever significa, principalmente, perceber as relações bastante complexas que se estabelecem entre os sons da fala (fonemas) e as letras da escrita (grafemas), o que envolve consciência fonológica da linguagem: perceber seus sons, como se separam e se juntam em novas palavras etc. (BRASIL, 2017, p. 90)

É muito importante perceber que o enfoque que se dá ao processo de alfabetização está diretamente relacionado ao método fônico, com ênfase no código linguístico. Não que a pessoa em processo de alfabetização deva ficar alheia dessas relações fono-ortográficas, mas é que alfabetizar vai muito além disso. O problema nesse excerto é que ele foi estruturado como se fosse o conceito para o verbete alfabetizar. Alfabetizar é... Então, alfabetizar, segundo os preceitos da BNCC é priorizar o código linguístico.

Porém, sabemos que a criança deve ser alfabetizada em um contexto de letramento, respeitando as especificidades de cada processo. Alfabetizar em contexto de letramento prevê o uso da língua a partir de práticas sociais. O professor, quando se preocupa com uma alfabetização em contexto de letramento, realiza um processo de alfabetização efetivo, de qualidade, no sentido de que a aprendizagem se traduz em sentido(s) para o discente.

O processo de aquisição da língua escrita não pode ser de forma memorizada, mecânica pois, assim, a criança não aprenderá de forma contextualizada e significativa. A partir da teoria de Emilia Ferreiro e Ana Teberosky, que utilizam os estudos de Piaget sobre o construtivismo como base, são questionadas as concepções de alfabetização e do sujeito a ser alfabetizado. A teoria da Psicogênese proposta por Emília Ferreiro e Ana Teberosky (1999) fundamentada na teoria de Piaget, trouxe novas perspectivas sobre o processo de aprendizagem da escrita na América Latina, para as quais a criança é a protagonista do seu aprendizado e ela o constrói através de etapas. Pensando na questão de como as crianças aprendem e não apenas em como é ensinado.

A escrita e a leitura são instrumentos básicos para a aprendizagem e desenvolvimento das crianças, para que isso aconteça são necessárias políticas educacionais efetivas. Em nosso país, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos e a Resolução CNE nº 7/2010, o 1º ano, 2º ano e 3º ano do Ensino Fundamental, a alfabetização deve ser assegurada em contexto de letramento. Com base nessa resolução o PNAIC - Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, articulada entre os poderes federativo, do Distrito Federal, estaduais e municipais propõe:

assegurar que todos os estudantes dos sistemas públicos de ensino estejam alfabetizados, em língua portuguesa e matemática, até o final do terceiro ano do ensino fundamental, o que está previsto no Plano Nacional de Educação (PNE). (BRASIL, 2012.)

A Base Nacional Comum Curricular é uma das mais recentes políticas educacionais, implementada em 2017, prevista na Constituição de 1988. A BNCC é um documento obrigatório e normativo, para a educação pública e privada, na elaboração dos currículos da Educação Infantil ao Ensino Médio. Por ela apresentar o intuito de avaliação em larga escala, não leva em consideração como a criança aprende, impondo, inclusive, que a criança seja alfabetizada até o final do 2o ano. Isso acaba por fortalecer a ortodoxia já existente na escola. A alfabetização não começa apenas no ensino fundamental, mas também em casa e na educação infantil por meio de práticas de letramento. Há princípios que fundamentam a BNCC, e ela não contempla as individualidades dos estudantes, pois possui um viés mercadológico, a educação se tornou mercadoria por conta do financiamento e gerenciamento das políticas educacionais. O currículo é alvo de disputas por instituições públicas e privadas, pois através dele são determinados os conteúdos a serem estudados. A aprovação da BNCC se deu em contexto de disputas. A Educação se tornou um mercado de interesses em que grupos privados como Instituto Unibanco, Itaú BBA, Instituto Natura, Instituto Ayrton Senna lutam por uma educação que contemple o seu meio empresarial e possam intervir em políticas públicas que os favoreçam. Conforme Ribeiro (2019), em sua dissertação de mestrado “Base Nacional Comum Curricular (BNCC): A Alfabetização de crianças em diálogo?”

“Percebemos assim, que a BNCC configura-se em mais uma tentativa de fortalecer e subsidiar as diretrizes neoliberais, estabelecidas conforme o

conceito de qualidade da educação deste modelo econômico, centrado em objetivos que buscam o favorecimento das avaliações em larga escala e dos índices quantitativos para que assim, a empregabilidade, o empreendedorismo e a pedagogia das competências atuem para fortalecer os interesses do capital.” (RIBEIRO, 2019, p. 55)

A BNCC, quando discorre sobre o ensino fundamental, apresenta uma aparente preocupação com a transição da Educação Infantil para o ensino fundamental, no entanto, podemos observar que, na realidade, a Educação Infantil e o Ensino Fundamental são modalidades de ensino distantes, ocorrendo um abismo entre educação infantil e ensino fundamental em relação à alfabetização, já que o entendimento que se tem sobre alfabetização está centrado na aquisição do código linguístico. Diante disso, o processo de letramento fica completamente alheio. quando se tem uma alfabetização na perspectiva do letramento, esse abismo desaparece. A alfabetização e o letramento iniciam-se na Educação Infantil, pois

nos contextos grafocêntricos em que vivemos, as crianças convivem com a escrita - umas, mais, outras, menos, dependendo da camada social a que pertençam, mas todas convivem - muito antes de chegar ao ensino fundamental, e antes mesmo de chegar a instituições de educação infantil, e nessa convivência vão construindo sua alfabetização e seu letramento: seu conceito de língua escrita, das funções do ler e escrever, seu conhecimento de letras e números, a diferenciação entre gêneros e portadores de texto - as informações que veem os adultos buscarem em rótulos, as histórias que lhes são lidas em um livro, em uma revista, os bilhetes que as pessoas escrevem ou leem... Além de conceitos e conhecimentos, as crianças vão também construindo, em seu contexto social e familiar, interesse pela leitura e pela escrita e desejo de acesso ao mundo da escrita”. (SOARES, 2003, p. 139)

Observa-se que o processo de alfabetização proposto pela BNCC, se preocupa com que a criança aprenda a codificação, decodificação e ortografização das palavras, como observamos no seguinte trecho da BNCC

é preciso que os estudantes conheçam o alfabeto e a mecânica da escrita/leitura – processos que visam a que alguém (se) torne alfabetizado, ou seja, consiga “codificar e decodificar” os sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras), o que envolve o desenvolvimento de uma consciência fonológica (dos fonemas do português do Brasil e de sua organização em segmentos sonoros maiores como sílabas e palavras) e o conhecimento do alfabeto do português do Brasil em seus vários formatos (letras imprensa e cursiva, maiúsculas e minúsculas), além do estabelecimento de relações grafofônicas entre esses dois sistemas de materialização da língua.” (BRASIL, 2017, p. 89)

A Educação Básica é vista como formadora da mão de obra para o trabalho e que os estudantes devem desenvolver habilidades e competências para tanto. Segundo

Pertuzzatti (2017, p. 145), “é o currículo praticado na escola que promove a formação humana”, por isso a preocupação com a BNCC, que é um currículo normativo para todo o Brasil e a partir dele cada município cria o seu próprio currículo. O município de Curitiba, na criação do seu currículo do Ensino Fundamental de 2016, traçou diálogo com a primeira versão da Base Nacional Comum Curricular, divulgada para consulta pública em 2015, que ressalta:

O trabalho com a apropriação do sistema de escrita alfabética está diretamente relacionado à compreensão dos princípios de funcionamento do sistema e ao domínio das convenções que regulam a correspondência entre letras ou grupos de letras e seu valor sonoro, de modo a levar os estudantes a lerem e escreverem textos, até o final do segundo ano. (CURITIBA, 2018, p. 302)

Novamente, podemos observar que a criança lerá e escreverá textos apenas quando se apropriar do sistema de escrita alfabética, iniciando com as letras, grupos de letras (leia-se sílabas), com emprego do método fônico.

Produzimos uma tabela comparativa sobre conceitos e indicações de conteúdos propostos pela Base Nacional Comum Curricular e o Currículo do Ensino Fundamental: Diálogos com a BNCC. Analisamos que na BNCC a palavra “alfabetização”, aparece 35 vezes, entre a introdução, item 4. A Etapa do Ensino Fundamental, títulos de conteúdos do 1º e 2º ano e em outras disciplinas. A palavra “letramento”, aparece 51 vezes, entre o item 4. A Etapa do Ensino Fundamental; 4.1.1 Língua Portuguesa; 4.1.1.1 Língua Portuguesa no Ensino Fundamental - Anos iniciais: práticas de linguagem, objetos de conhecimento e habilidades; conteúdos do 6º ao 9º ano de Língua Portuguesa e em outras disciplinas. Observamos que o documento da SME amplia o que está proposto na BNCC para alfabetização.

TRECHOS	COMENTÁRIOS
No Ensino Fundamental – Anos Iniciais, os componentes curriculares tematizam diversas práticas, considerando especialmente aquelas relativas às culturas infantis tradicionais e contemporâneas. Nesse conjunto de práticas, nos dois primeiros anos desse segmento, o processo de alfabetização deve ser o foco da ação pedagógica. (P. 69)	A alfabetização deve ser o foco nos dois primeiros anos do ensino fundamental, no entanto a BNCC não cita o letramento.

<p>Embora, desde que nasce e na Educação Infantil, a criança esteja cercada e participe de diferentes práticas letradas, é nos anos iniciais (1o e 2o anos) do Ensino Fundamental que se espera que ela se alfabetize. (P. 89)</p>	<p>Observamos que a BNCC não considera alfabetização e letramento conceitos indissociáveis, como aponta a pesquisadora Magda Soares. A criança deve ser alfabetizada em um contexto de letramento.</p>
<p>Nesse processo, é preciso que os estudantes conheçam o alfabeto e a mecânica da escrita/leitura – processos que visam a que alguém (se) torne alfabetizado, ou seja, consiga “codificar e decodificar” os sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras), o que envolve o desenvolvimento de uma consciência fonológica (dos fonemas do português do Brasil e de sua organização em segmentos sonoros maiores como sílabas e palavras) e o conhecimento do alfabeto do português do Brasil em seus vários formatos (letras imprensa e cursiva, maiúsculas e minúsculas), além do estabelecimento de relações grafofônicas entre esses dois sistemas de materialização da língua. (P. 89-90)</p>	<p>Nesse trecho, observa-se que o foco da alfabetização na BNCC, está no método-fônico (fonema-grafema), das partes menores para as maiores, o que torna a alfabetização fragmentada.</p>
<p>Esse processo básico (alfabetização) de construção do conhecimento das relações fonografêmicas em uma língua específica, que pode se dar em dois anos. (P. 91)</p>	<p>Prioriza a alfabetização nos dois primeiros anos do ensino fundamental, não considerando um contexto de letramento para a alfabetização.</p>
<p>Do mesmo modo, os conhecimentos e a análise linguística e multisemiótica avançarão em outros aspectos notacionais da escrita, como pontuação e acentuação e introdução das classes morfológicas de palavras a partir do 3º ano. (P. 93)</p>	<p>Observa-se os aspectos de acentuação e pontuação, serão apresentados aos estudantes a partir do 3º ano do ensino fundamental, no entanto esses aspectos sempre estão presentes nas práticas de alfabetização.</p>
<p>Assim, no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, no eixo Oralidade, aprofundam-se o conhecimento e o uso da língua oral, as características de interações discursivas e as estratégias de fala e escuta em intercâmbios orais; no eixo Análise Linguística/Semiótica, sistematiza-se a</p>	<p>Observamos neste trecho, que o sentido que a BNCC dá para o letramento é um trabalho com gêneros textuais.</p>

<p>alfabetização, particularmente nos dois primeiros anos, e desenvolvem-se, ao longo dos três anos seguintes, a observação das regularidades e a análise do funcionamento da língua e de outras linguagens e seus efeitos nos discursos; no eixo Leitura/Escuta, amplia-se o letramento, por meio da progressiva incorporação de estratégias de leitura em textos de nível de complexidade crescente, assim como no eixo Produção de Textos, pela progressiva incorporação de estratégias de produção de textos de diferentes gêneros textuais. (P. 89)</p>	
<p>Nesse processo, é preciso que os estudantes conheçam o alfabeto e a mecânica da escrita/leitura – processos que visam a que alguém (se) torne alfabetizado, ou seja, consiga “codificar e decodificar” os sons da língua (fonemas) em material gráfico (grafemas ou letras), o que envolve o desenvolvimento de uma consciência fonológica (dos fonemas do português do Brasil e de sua organização em segmentos sonoros maiores como sílabas e palavras) e o conhecimento do alfabeto do português do Brasil em seus vários formatos (letras imprensa e cursiva, maiúsculas e minúsculas), além do estabelecimento de relações grafofônicas entre esses dois sistemas de materialização da língua. (P. 89-90)</p>	<p>Observamos nesse trecho que o enfoque que a BNCC da para a alfabetização, está no método fônico, o que pode tornar o ensino da alfabetização fragmentado.</p>
<p>Esse processo básico (alfabetização) de construção do conhecimento das relações fonografêmicas em uma língua específica, que pode se dar em dois anos, é, no entanto, complementado por outro, bem mais longo, que podemos chamar de ortografização, que complementar o conhecimento da ortografia do português do Brasil. Na construção desses conhecimentos, há três relações que são muito importantes: a) as relações entre a</p>	<p>Observamos nesse trecho que para a BNCC a alfabetização vai ser complementada pela ortografização, no entanto a ortografização está presente desde o início do processo de alfabetização.</p>

<p>variedade de língua oral falada e a língua escrita (perspectiva sociolinguística); b) os tipos de relações fono-ortográficas do português do Brasil; e c) a estrutura da sílaba do português do Brasil (perspectiva fonológica). (P. 91)</p>	
---	--

<p>“A alfabetização é entendida como aprendizagem do sistema de escrita alfabética.” (P. 303)</p>	<p>Conceito de alfabetização para o documento da SME.</p>
<p>Porém, os dois conceitos são indissociáveis, visto que a alfabetização só ganha significado quando desenvolvida em meio a práticas sociais de uso da escrita e leitura. Alfabetização e letramento são considerados, então, processos simultâneos e interdependentes. (P. 303)</p>	<p>O documento da SME, considera alfabetização e letramento conceitos indissociáveis, como aponta a autora Magda Soares. Já a BNCC, só apresenta o conceito de letramento implicitamente.</p>
<p>Porém, cabe destacar que durante o processo de alfabetização, é fundamental a figura do docente, favorecendo a construção do conhecimento numa prática dialógica e discursiva junto ao estudante. É importante também, durante o processo, que a leitura e escrita sejam trabalhadas de forma significativa, que se considere a função social dessas práticas (usar a escrita para registrar ideias, fatos, comunicar algo, ler para se divertir, para aprender...), permitindo assim que os estudantes se construam e se percebam enquanto leitores e autores de sua realidade. (P. 304)</p>	<p>Observamos nesse trecho do documento da SME, que para ele a prática de leitura de escrita devem ser em um contexto significativo, de práticas sociais.</p>

O documento da Secretaria Municipal de Educação em diálogo com a BNCC

O Currículo do Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino (RME) de Curitiba, do 1º ao 9º ano, em diálogo com os pressupostos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), foi construído através do trabalho coletivo dos profissionais da rede Municipal de Curitiba. A Prefeitura Municipal de Curitiba considera a cidade como um espaço educativo que promoverá a formação cidadã, e o currículo é uma ação para a cidade educadora:

Na Rede Municipal de Ensino (RME) de Curitiba, compreende-se que os espaços, explorados com intencionalidade educativa, possibilitam diferentes oportunidades de aprender e ensinar. (CURITIBA, 2018, p. 18)

Para a RME, a aprendizagem é um processo contínuo que não deve ser restringido por um tempo para que ela possa se desenvolver. Pensando nisso, a Rede Municipal de Curitiba se fundamentou na LDBEN nº 9.394/1996 para realizar a organização curricular em Ciclos de Aprendizagem. Sendo eles, Ciclo I - 1.º, 2.º e 3.º anos, Ciclo II - 4.º e 5.º anos, Ciclo III - 6.º e 7.º anos e Ciclo IV - 8.º e 9.º anos, analisaremos o Ciclo I.

A RME, ao implantar os Ciclos de Aprendizagem, assumiu a organização curricular em que os tempos e espaços escolares são planejados considerando o desenvolvimento, os interesses e as necessidades dos estudantes, bem como os direitos de aprendizagem previstos nas legislações. (CURITIBA, 2018, p. 20)

Para o ensino de Língua Portuguesa o objetivo é “Compreender o sistema de escrita alfabética, dominando as relações grafofônicas, a fim de ler, produzir textos e perceber a função deles nas práticas sociais.” (Curitiba, 2018, p. 320). Para o currículo de Curitiba, a “alfabetização é entendida como aprendizagem do sistema de escrita alfabética” (Curitiba, 2018, p. 303) e o letramento, o uso da leitura e escrita em práticas sociais. No currículo, o Sistema de Escrita Alfabética (SEA) é um conteúdo curricular, e ele apresenta 10 propriedades, sendo elas

1. Escreve-se com letras que não podem ser inventadas, que têm um repertório finito e que são diferentes de números e de outros símbolos;
2. As letras têm formatos fixos, e pequenas variações produzem mudanças em sua identidade (p, q, b, d), embora a letra assuma formatos variados (P, p, P, p);
3. A ordem das letras no interior de uma palavra não pode ser mudada;
4. Uma letra pode se repetir no interior de uma palavra e em diferentes palavras, ao mesmo tempo em que distintas palavras compartilham as mesmas letras;
5. Nem todas as letras podem ocupar certas posições no interior das palavras e nem todas as letras podem vir juntas de quaisquer outras;
6. As letras notam ou substituem a pauta sonora das palavras que pronunciamos e nunca levam em conta as características físicas ou funcionais dos referentes que substituem;
7. As letras notam segmentos sonoros menores que as sílabas orais que pronunciamos;
8. As letras têm valores sonoros fixos, apesar de muitas terem mais de um valor sonoro e

certos sons poderem ser notados com mais de uma letra; 9. Além de letras, na escrita de palavras, usam-se também algumas marcas (acentos) que podem modificar a tonicidade ou som das letras ou sílabas onde aparecem e 10. As sílabas podem variar quanto às combinações entre consoantes e vogais (CV, CCV, CVV, CVC, V, VC, VCC, CCVCC...), mas a estrutura predominante no português é a sílaba CV (consoante – vogal), e todas as sílabas do português contêm, ao menos, uma vogal. (MORAIS, 2012, p.51 apud CURITIBA, 2018, p. 305-30)

É interessante observarmos como o Currículo de Curitiba amplia e preenche as lacunas deixadas pelo texto da BNCC, principalmente em relação ao letramento, termo invisibilizado. No documento da RME de Curitiba, a concepção de currículo está atrelada à tese de que é na prática educativa que o currículo se consolida. Para Saviani:

O currículo em ato de uma escola não é outra coisa senão essa própria escola em pleno funcionamento, isto é, mobilizando todos os seus recursos, materiais e humanos, na direção do objetivo que é a razão de ser de sua existência: a educação das crianças e jovens. (SAVIANI, 2016, p. 55)

O Currículo de Curitiba: diálogo com a BNCC considera a alfabetização e o letramento como conceitos indissociáveis, e deixa bem claro:

“... visto que a alfabetização só ganha significado quando desenvolvida em meio a práticas sociais de uso da escrita e leitura. Alfabetização e letramento são considerados, então, processos simultâneos e interdependentes.” (CURITIBA, 2018, p. 303)

Em busca rápida no texto da BNCC referente a séries iniciais do Fundamental I, encontramos apenas uma vez a palavra letramento no seguinte contexto:

Assim, no Ensino Fundamental – Anos Iniciais, no eixo Oralidade, aprofundam-se o conhecimento e o uso da língua oral, as características de interações discursivas e as estratégias de fala e escuta em intercâmbios orais; no eixo Análise Linguística/Semiótica, sistematiza-se a alfabetização, particularmente nos dois primeiros anos, e desenvolvem-se, ao longo dos três anos seguintes, a observação das regularidades e a análise do funcionamento da língua e de outras linguagens e seus efeitos nos discursos; no eixo Leitura/Escuta, amplia-se o letramento, por meio da progressiva incorporação de estratégias de leitura em textos de nível de complexidade crescente, assim como no eixo Produção de Textos, pela progressiva incorporação de estratégias de produção de textos de diferentes gêneros textuais. (BRASIL, 2017, p. 89)

O sentido que se dá a letramento nesse trecho é como se letramento fosse um trabalho com gêneros textuais, sendo substituído em outros momentos do texto pelo termo “campo da vida cotidiana”, com a introdução de gêneros textuais de maior familiaridade com os alunos, numa proposta de ensino bastante fragmentada,

já tão combatida por Freire em seu clássico *Pedagogia do Oprimido* na década de 60. Logo na sequência, o documento apresenta o subtítulo “O processo de alfabetização”. É importante ressaltar aqui a divisão de barreiras entre letramento e alfabetização, pois o texto reforça no trabalho com as séries iniciais a alfabetização, mas entendida como um trabalho fortemente voltado ao código linguístico. O grau de informatividade do texto descamba para o tema da ortografização da Língua Portuguesa, como uma aula na perspectiva do associacionismo. Não há o entendimento de que a alfabetização deva ocorrer em processo de letramento. O que há é cada qual com sua especificidade, dissociáveis.

Considerações finais

Como o ponto de partida para esta pesquisa foram as observações em sala de aula durante o período de estágio obrigatório e, sobretudo, o trabalho das professoras com a leitura de documentos oficiais para desenvolver seus planejamentos. Com esta investigação pude perceber que talvez o maior problema esteja relacionado ao frequente uso do termo “campo da vida cotidiana”, que suspeitamos substituir “letramento”. Com a falta de clareza para o que seria exatamente e como se daria um trabalho nos termos do campo da vida cotidiana, notei nos planejamentos uma intensa caça a textos de gêneros diversos para variar o trabalho mas com o risco da fragmentação do ensino, com ausência de propostas mais articuladas, mesmo o documento da RME de Curitiba reforçando um trabalho de alfabetização em contexto de letramento.

Nesse sentido, é muito importante que os docentes sejam e estejam bem preparados para a leitura crítica dos documentos oficiais para que possam planejar o trabalho pedagógico de qualidade e com sentido para os alunos. Com isso, pode-se também realizar uma ação de resistência para enfrentar todo tipo de imposição e preparados para reorganizar o currículo, pois a proposta para a educação nacional está no centro do conflito de classes. Nesse sentido, o acesso dos educandos aos conhecimentos culturais historicamente produzidos não são do interesse de uma classe dominante no contexto do neoliberalismo e que precisamos dar-lhes o que prega a Constituição de 1988.

REFERÊNCIAS

FERREIRO, EMÍLIA. TEBEROSKY, ANA. PSICOGÊNESE DA LÍNGUA ESCRITA. ARTMED, 1999.

BRASIL. Linguagens. Currículo do Ensino Fundamental: Diálogos com a BNCC. Secretaria Municipal da Educação de Curitiba. 2018.

BRASIL. Língua Portuguesa no ensino fundamental - anos iniciais: práticas de linguagem, objetos de conhecimentos e habilidades. Base Nacional Comum Curricular Educação é a Base. 2017.

BRASIL. Portaria MEC nº 867, de 4 de julho de 2012. Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa. **Diário Fiscal**. 4. jul. 2012.

BRASIL. Princípios e Fundamentos. Currículo do Ensino Fundamental: Diálogos com a BNCC. Secretaria Municipal da Educação de Curitiba. 2018.

(MORAIS, 2012, p.51 apud BRASIL. Linguagens. Currículo do Ensino Fundamental: Diálogos com a BNCC. Secretaria Municipal da Educação de Curitiba. 2018, p. 305-306)

PERTUZATTI, Ieda. **Alfabetização e letramento nas políticas públicas: convergências e divergências com a BNCC**. 2017. 202 f. Dissertação (Mestrado em Educação) Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Comunitária da Região de Chapecó, Chapecó, 2017.

SAVIANI, Dermeval. EDUCAÇÃO ESCOLAR, CURRÍCULO E SOCIEDADE: o problema da Base Nacional Comum Curricular. Movimento Revista de Educação, 3, 4, p. 1-31, 2016. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/search?q=curriculo>.

SOARES, Magda. **Alfabetização e Letramento**. São Paulo: Contexto, 2003.

RIBEIRO, Camila. **Base nacional comum curricular (bncc): a alfabetização de crianças em diálogo?**. 2017. 153. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de Humanidades do Instituto Federal do Espírito Santo. Vitória, 2019.

